

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	7
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	8
1.5 Principais clientes	9
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	10
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	13
1.10 Informações de sociedade de economia mista	15
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	16
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	17
1.13 Acordos de acionistas	19
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	20
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	21
1.16 Outras informações relevantes	22
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	23
2.2 Resultados operacional e financeiro	26
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	27
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	28
2.5 Medições não contábeis	29
2.6 Eventos subsequentes as DFs	30
2.7 Destinação de resultados	31
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	35
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	36
3.2 Acompanhamento das projeções	37

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	38
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	41
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	42
4.4 Processos não sigilosos relevantes	43
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	45
4.6 Processos sigilosos relevantes	46
4.7 Outras contingências relevantes	48
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	49
5.2 Descrição dos controles internos	50
5.3 Programa de integridade	52
5.4 Alterações significativas	54
5.5 Outras informações relevantes	55
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	56
6.3 Distribuição de capital	59
6.4 Participação em sociedades	60
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	61
6.6 Outras informações relevantes	62
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	63
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	65
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	66
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	67
7.4 Composição dos comitês	71
7.5 Relações familiares	72
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	73
7.7 Acordos/seguros de administradores	74
7.8 Outras informações relevantes	75
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	76

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	79
8.3 Remuneração variável	82
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	83
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	84
8.6 Outorga de opções de compra de ações	85
8.7 Opções em aberto	86
8.8 Opções exercidas e ações entregues	87
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	88
8.10 Outorga de ações	89
8.11 Ações entregues	90
8.12 Precificação das ações/opções	91
8.13 Participações detidas por órgão	92
8.14 Planos de previdência	93
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	94
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	95
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	96
8.18 Remuneração - Outras funções	97
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	98
8.20 Outras informações relevantes	99
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	100
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	102
9.4 Outras informações relevantes	103
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	104
10.1 Descrição dos recursos humanos	105
10.2 Alterações relevantes	106
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	107
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	108
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	109
10.5 Outras informações relevantes	110
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	111
11.2 Transações com partes relacionadas	112
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	113
11.3 Outras informações relevantes	114
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	115
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	116
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	117
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	118
12.5 Mercados de negociação no Brasil	119
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	120
12.7 Títulos emitidos no exterior	121
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	122
12.9 Outras informações relevantes	123
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	124
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	125
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	126

1.1 Histórico do emissor

1.1. Histórico do emissor

A Litel Participações S.A. é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 21 de julho de 1995, cujo objeto social é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócio-quotista ou acionista, quaisquer que sejam os seus objetos sociais. A sua atividade preponderante é a participação como acionista da Vale S.A. de forma direta e até 2019, também de forma indireta por meio da Litela Participações S.A..

Em 20 de fevereiro de 2017 foi comunicado ao mercado a celebração do novo acordo de acionistas da Valepar, que passou a vigorar somente após o término da vigência do anterior Acordo de Acionistas da Valepar, ou seja, a partir de 10 de maio de 2017. Em 15 de agosto de 2017, Vale e Litel divulgaram Fato Relevante comunicando que a Valepar aprovou na Assembleia Geral Extraordinária da Valepar S.A. realizada em 14 de agosto de 2017 a sua incorporação pela Vale. Em virtude da referida incorporação e consequente extinção da Valepar S.A., a Companhia e sua controlada Litela Participações S.A. passaram a deter participação direta na Vale.

Litel, a Bradespar S.A., o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e a Mitsui & Co., Ltd. celebraram, na mesma data, Acordo de Acionistas da Vale, vinculando 20% (vinte por cento) das ações ordinárias de emissão da Vale pelo prazo de três anos, o qual teve vigência até 9 de novembro de 2020.

Até 9 de setembro de 2019, a Companhia possuía participação direta na Litela Participações S.A. ("Litela"), uma sociedade anônima de capital aberto, cujo objeto é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia-cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais. Essa participação na Litela proporcionava à Companhia participação de forma indireta na Vale.

Em 8 de maio de 2019, foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Litel e Incorporação da versão da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Litela. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2019 foi aprovada a Cisão Parcial da Litel, tendo ocorrido na mesma data a Assembleia Geral Extraordinária da Litela que aprovou a incorporação da parcela cindida da Litel. Neste contexto, a Companhia deixou

1.1 Histórico do emissor

de ter participação na Litela.

Em virtude da supracitada cisão parcial, o capital da Litel reduziu de R\$ 7.106.481 para R\$ 21.844, uma alteração, portanto, no valor de R\$ 7.084.636, com o cancelamento de 60.018.946 ações ordinárias.

Essa operação é parte do processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, o qual objetivou uma maior simplificação e independência operacional e propiciou melhores condições para traçar os seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais. Além disso, a cisão parcial com incorporação objetiva a simplificação da estrutura societária e operacional do grupo econômico do qual as Companhias fazem parte, visando a maior eficiência financeira e administrativa.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Litel Participações S.A. é uma holding cuja atividade preponderante é a participação como acionista da Vale S.A.

A Vale foi fundada pelo Governo Federal Brasileiro (Governo Brasileiro), em 1º de junho de 1942, através do Decreto-Lei nº 4.352, e definitivamente em 11 de janeiro de 1943, pela Assembleia de Constituição Definitiva da Sociedade Anônima Companhia Vale do Rio Doce S.A., sob a forma de sociedade de economia mista, com o objetivo de explorar, comercializar, transportar e exportar minérios de ferro das minas de Itabira, e explorar o tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), que transportava minério de ferro e produtos agropecuários pelo Vale do Rio Doce, na região Sudeste do Brasil, até o porto de Vitória, localizado no Estado do Espírito Santo. O processo de privatização da Companhia foi iniciado em 1997. Nos termos do Edital de Privatização da PND-A-01/97/CVRD (Edital) e da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização – CND nº 2, de 5 de março de 1997, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, em 18 de abril de 1997, a emissão de 388.559.056 debêntures participativas, não conversíveis em ações (Debêntures Participativas), com vistas a garantir aos acionistas pré-privatização, inclusive a própria União Federal, o direito de participação no faturamento das jazidas minerárias da Vale e de suas controladas, não valorados para fins da fixação do preço mínimo do leilão de privatização da Vale. As Debêntures Participativas foram atribuídas aos acionistas da Vale em pagamento do valor de resgate de ações preferenciais classe “B” emitidas, em bonificação, na proporção de uma ação detida pelos detentores de ações ordinárias e preferenciais classe “A”, à época, mediante capitalização parcial de reservas de lucros da Vale. As Debêntures Participativas somente poderiam ser negociadas após prévia autorização da CVM, a partir de 3 meses do final da realização da Oferta Pública Secundária de Ações prevista no processo de privatização. Em 6 de maio de 1997, foi realizado o leilão de privatização, quando o Governo Brasileiro alienou 104.318.070 ações ordinárias de emissão da Vale, equivalentes a 41,73% do capital votante, para a Valepar S.A. (Valepar), pelo valor de aproximadamente R\$3,3 bilhões. Posteriormente, nos termos do Edital, o Governo Brasileiro vendeu, ainda, 11.120.919 ações ordinárias representando, aproximadamente, 4,5% das ações ordinárias em circulação, e 8.744.308 ações preferenciais classe “A”, representando 6,3% das ações preferenciais classe

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

“A” em circulação, por meio de uma oferta restrita aos empregados da Vale. Em 20 de março de 2002, foi realizada Oferta Pública Secundária de Ações de emissão da Vale, na qual o Governo Brasileiro e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alienaram, cada um, 34.255.582 ações ordinárias de emissão da Vale. A demanda, por parte de investidores no Brasil e no exterior foi substancial, superando a oferta em aproximadamente três vezes, o que levou à venda da totalidade do lote de 68.511.164 ações. Uma parcela de cerca de 50,2% foi colocada no mercado brasileiro e o restante foi vendido para investidores estrangeiros. Posteriormente, em 4 de outubro de 2002, foi obtido o competente registro das Debêntures Participativas junto à Comissão de Valores Mobiliários, permitindo a sua negociação no mercado secundário.

Em 20 de fevereiro de 2017 a Companhia comunicou ao mercado a celebração do novo acordo de acionistas da Valepar, que passou a vigorar somente após o término da vigência do anterior Acordo de Acionistas da Valepar, ou seja, a partir de 10 de maio de 2017.

Conforme informado no referido Fato Relevante, o Acordo Valepar dispõe sobre a apresentação pelos acionistas de uma proposta à Vale S.A. (“Vale”) com o objetivo de viabilizar a listagem da Vale no segmento especial do Novo Mercado da B3 e a transformá-la em uma sociedade sem controle definido (“Proposta”). A Proposta descreve as etapas da operação (“Operação”), que consiste em:

- (i) Conversão voluntária das ações preferenciais classe A da Vale em ações ordinárias;
- (ii) Alteração do Estatuto Social da Vale para adequá-lo, tanto quanto possível, às regras do Novo Mercado até que se possa, de forma efetiva, listar a Vale neste segmento especial; e
- (iii) Incorporação da Valepar pela Vale com uma relação de substituição que contemple um acréscimo do número de ações detido pelos acionistas da Valepar de 10% (dez por cento) em relação à posição acionária atual da Valepar na Vale, e represente uma diluição de cerca de 3% (três por cento) da participação dos demais acionistas da Vale em seu capital social.

A implementação da Proposta estava condicionada à (i) aprovação da Proposta pelos órgãos societários da Valepar e da Vale, incluindo a incorporação da Valepar pela Vale; e, (ii)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

adesão de pelo menos 54,09% (cinquenta e quatro vírgula zero nove por cento) das ações preferenciais da classe A à conversão voluntária. Como foi aprovada, a Litel passou a ser acionista direta da Vale.

Em 15 de agosto de 2017, Vale e Litel divulgaram Fato Relevante comunicando que, tendo em vista ter sido verificada a adesão de mais de 54,09% das ações preferenciais classe “A” (excluídas as ações em tesouraria) de emissão da Vale à conversão voluntária aprovada, a Valepar aprovou na Assembleia Geral Extraordinária da Valepar S.A. realizada em 14 de agosto de 2017 a sua incorporação pela Vale. Em virtude da referida incorporação e consequente extinção da Valepar S.A., a Companhia e sua controlada Litela Participações S.A. passam a deter participação direta na Vale.

Conforme previsto na Operação, a Litel, a Bradespar S.A., o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e a Mitsui & Co., Ltd. celebraram, na mesma data, Acordo de Acionistas da Vale, vinculando 20% (vinte por cento) das ações ordinárias de emissão da Vale pelo prazo de três anos. O Acordo de Acionistas da Vale (“Acordo”) teve vigência até 9 de novembro de 2020 e estabelecia as condições que regiam os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, e regulava, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência. Em razão deste Acordo, as decisões relevantes eram compartilhadas e tomadas em conjunto com as partes.

Com o término do Acordo de Acionistas da Vale, a Vale deixou de ser caracterizada como uma controlada em conjunto da Companhia, entretanto, ainda mantém a influência significativa na Vale. A manutenção da influência significativa deve-se principalmente ao fato de que a PREVI, controladora da Litel, é detentora diretamente de participação acionária de 9,13% das ações em circulação (8,56% do total das ações) na Vale em 31 de dezembro de 2022 e tem conselheiro por ela indicado para o Conselho de Administração da Vale. Portanto, a PREVI participa das decisões relevantes da Vale. Assim, a Litel é o veículo que a própria PREVI utiliza como sua extensão para manter o investimento em Vale, sem que a Litel tenha qualquer outra operação. Por fim, Litel e PREVI indicam em conjunto as mesmas pessoas para os cargos decisórios na Vale.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações¹:

- | |
|--|
| a. produtos e serviços comercializados |
| b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor |
| c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor |

Não aplicável ao emissor.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:
a. características do processo de produção
b. características do processo de distribuição
c. características dos mercados de atuação, em especial:
i. participação em cada um dos mercados
ii. condições de competição nos mercados
d. eventual sazonalidade
e. principais insumos e matérias primas, informando:
i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
ii. eventual dependência de poucos fornecedores
iii. eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável ao emissor.

1.5 Principais clientes

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando¹:

a. montante total de receitas provenientes do cliente
--

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente
--

A empresa não possui clientes pois trata-se de uma *Holding*.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental
- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Como trata-se de uma *holding*, o emissor não sofre efeitos relevantes da regulação estatal sobre suas atividades.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:
a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

O emissor apenas possui receitas oriundas do Brasil.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Não aplicável, visto que o emissor é uma *holding* e não possui clientes nacionais ou estrangeiros.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:
a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade
b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento
c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso
d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado
e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor
f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor
g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas
h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas
i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:
i. a não divulgação de informações ASG
ii. a não adoção de matriz de materialidade
iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

informações ASG divulgadas
vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

O emissor é uma holding pura cujo único objetivo é a participação no capital social da Vale. Toda a sua estrutura administrativa é bem reduzida e exercida por um prestador de serviço. A Companhia não possui um relatório ASG.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:
a. interesse público que justificou sua criação
b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:
i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”
ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas
c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

O Emissor não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor¹

Não houve nos últimos 3 exercícios sociais a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas¹.

Na Assembleia realizada em 09 de setembro de 2019 foi aprovada a Cisão Parcial da Companhia seguida da incorporação da parcela cindida de seu patrimônio (o “Acervo Cindido”) pela sua então controlada Litela Participações S.A., (“Litela”) (a “Incorporação do Acervo Cindido”), nos termos do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial seguida de Incorporação (“Protocolo”), elaborado pelos órgãos de administração da Companhia e da Litela, que estabeleceu, dentre outros, os termos e condições da Cisão Parcial e da Incorporação do Acervo Cindido, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 08 de maio de 2019.

A Litela sucedeu a Companhia tão somente com relação às obrigações e direitos relacionados ao acervo líquido cindido, sem qualquer solidariedade com a Companhia, nos termos do Protocolo e do artigo 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. Em decorrência da cisão parcial aprovada, ocorreu a alteração do capital da Companhia de R\$7.106.480.728,52 (sete bilhões, cento e seis milhões, quatrocentos e oitenta mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos) para R\$21.844.245,97 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos), uma alteração, portanto, no valor de R\$7.084.636.482,55 (sete bilhões, oitenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), com o cancelamento de 60.018.946 (sessenta milhões, dezoito mil, novecentas e quarenta e seis) ações ordinárias. Ainda como consequência da Cisão, como parte do acervo cindido, 808.746.864 (oitocentos e oito milhões, setecentas e quarenta e seis mil, oitocentas e sessenta e quatro) ações de emissão da Vale S.A foram transferidas para a Litela, sendo 519.733.209 (quinhentos e dezenove milhões, setecentos e trinta e três

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

mil e duzentos e nove) ações até então vinculadas ao Acordo de Acionistas da Vale, que teve fim em 09 de novembro de 2020.

Todas as informações sobre a operação acima podem ser encontradas no material de apoio da AGE de 09 de setembro de 2019 na página da CVM e no site da Companhia (www.litelbrasil.com.br), além de estar relatada nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019.

1.13 Acordos de acionistas

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor¹

Apesar da Companhia continuar possuindo o investimento em Vale, este foi significativamente reduzido em 2019 com a Operação de Cisão Parcial. Contudo, não podemos dizer que houve uma alteração significativa na condução dos negócios, visto que a Litel existe primordialmente para participar do capital social da Vale.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor¹

Apesar da Companhia continuar possuindo o investimento em Vale, este foi significativamente reduzido em 2019 com a Operação de Cisão Parcial. Contudo, não podemos dizer que houve uma alteração significativa na condução dos negócios, visto que a Litel existe primordialmente para participar do capital social da Vale.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações neste tópico que a Companhia julgue relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre¹⁻²:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

O Lucro Líquido da Litel em 2022 foi de R\$ 1.778.733.280,92, correspondente ao lucro por ação de R\$ 8,2541588180. Em 2021 foi de R\$ 1.941.402.631,95, correspondente ao lucro por ação de R\$ 9,0090210971. Em 2020, foi de R\$ 369.395.792,63, correspondente ao lucro por ação de R\$ 1,7141701748.

A Companhia apresenta um índice de liquidez de 0,72. Assim, a diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, bem como dar continuidade as suas atividades.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de Capital	2022	2021	2020
Capital Próprio	94,49%	99,69%	91,75%
Capital de Terceiro	5,51%	0,31%	8,25%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Litel Participações S.A. apresentou nos últimos 3 (três) exercícios sociais plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política financeira conservadora compatível com sua geração de caixa.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

² Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Em 2019 a Companhia fez uma emissão de Debêntures no valor total de R\$ 450 milhões de reais para fins de capital de giro com vencimento em 15 de outubro de 2022. Contudo, a Companhia efetuou a quitação das debêntures em 17/03/2021. Nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 não foram realizados financiamentos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez, porém, se no futuro a Companhia precisar utilizar tais fontes, esta recorrerá a contratos de empréstimos bancário.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

	2022	2021	2020
Índice de endividamento Geral	5,51%	0,31%	8,25%

O índice de endividamento é a representação do somatório do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total. No passivo circulante a Litel possui um valor de R\$ 186.390 mil, referente a proventos em aberto com acionistas, contas a pagar a fornecedores e tributos. Não há passivo não circulante.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

Em 2019, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$450 mil, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. A finalidade dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foi promover reforço de capital de giro da Companhia. Em 15/10/2020, a Companhia realizou o pagamento referente à R\$ 300.000.000,00 do valor total, bem como a importância de R\$ 18.684.774,90, referente aos juros das debêntures e R\$ 375.000,00 referente ao Prêmio. No dia 17/03/2021, a Companhia quitou suas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

obrigações com o pagamento de R\$ 150.000.000,00 referente ao Resgate Antecipado Facultativo, além de R\$ 1.310.621,99 de juros das debêntures e R\$ 587.400,83 referentes ao Prêmio.

Ao fim dos exercícios de 2021 e 2022, a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamento em vigor.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Nos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

A Companhia não possui dívidas subordinadas previstas em contrato.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável, porque a Companhia não possui endividamento.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Não aplicável, porque não há financiamento contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não ocorreram alterações significativas nos itens das demonstrações financeiras.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas percebidas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 advieram, principalmente, de dividendos decorrentes das participações detidas nos capitais sociais da Vale S.A., aplicações financeiras e da equivalência patrimonial.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos três exercícios não ocorreram fatores que impactaram materialmente os resultados operacionais.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Nos últimos três exercícios não ocorreram variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não afetaram o resultado operacional da Companhia no exercício de 2022.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram efeitos significativos das alterações em práticas contábeis. Nos três últimos exercícios sociais não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

b. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva no parecer dos auditores independentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022, assim como nos três últimos exercícios sociais.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável. A Litel Participações S.A. é uma *holding*.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2022, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

Em 2022, a Companhia não realizou eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. **informar o valor das medições não contábeis.**

- b. **fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.**

- c. **explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.**

Não foi divulgado.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não houve qualquer evento subsequente que altere às últimas demonstrações financeiras do exercício social.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros.

O emissor não possui regras estatutárias de retenção de lucros, estando sujeito a legislação aplicável.

b. regras sobre distribuição de dividendos.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o emissor é obrigado a destinar a título de dividendo no mínimo 25% do lucro líquido do exercício.

c. periodicidade das distribuições de dividendos.

O emissor pode, nos termos do seu estatuto social, realizar distribuições de dividendos com base em balanços intermediários.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

O emissor não está sujeito à restrições de distribuição de dividendos de nenhuma forma.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O emissor não possui uma política de destinação de dividendos formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía investimentos em andamento. A Companhia não possui investimentos previstos para 2023.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

Não aplicável, dado que a Companhia possui investimentos em andamento, bem como não possui investimentos previstos para 2023.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável, porque não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

Não há pesquisas em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia não realiza gastos com pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia não possui gastos dessa natureza.

v. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

A Companhia não identifica oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não aplicável, dado que não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía investimentos em andamento. A Companhia não possui investimentos previstos para 2023.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

Não aplicável, dado que a Companhia possui investimentos em andamento, bem como não possui investimentos previstos para 2023.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável, porque não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

Não há pesquisas em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia não realiza gastos com pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia não possui gastos dessa natureza.

v. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

A Companhia não identifica oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não aplicável, dado que não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O emissor não divulga projeções e nem estimativas.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

O emissor não divulga projeções e nem estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:
a. ao emissor
b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle
c. a seus acionistas
d. a suas controladas e coligadas
e. a seus fornecedores
f. a seus clientes
g. aos setores da economia nos quais o emissor atue
h. à regulação dos setores em que o emissor atue
i. aos países estrangeiros onde o emissor atue
j. a questões socioambientais

a) A Litel é uma sociedade de participações (*holding*) cujo principal ativo é a participação que detém na Vale S.A. Assim, parte significativa da receita do emissor provém do recebimento de dividendos pagos pela empresa investida. Conseqüentemente, uma diminuição relevante na capacidade de distribuição desses dividendos poderá afetar sua situação financeira e capacidade de pagamento. A receita operacional do Consolidado é proveniente basicamente: (i) do resultado da equivalência patrimonial na Vale, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos, assim, variações negativas nos resultados operacionais da Vale poderão impactar os resultados operacionais.

Os principais fatores que afetam os resultados operacionais da sua investida também afetam o resultado operacional da Litel, incluindo. Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial não corresponde, necessariamente, a um ingresso de caixa para a Companhia (realização financeira), e, desta forma, pode contabilizar uma receita operacional expressiva sem o correspondente ingresso de caixa. Da mesma forma, o resultado de equivalência patrimonial não integra, necessariamente, a parcela realizada do lucro líquido de um determinado exercício social e, portanto, poderá não ser totalmente refletido no cálculo do dividendo mínimo obrigatório daquele exercício. Esta característica da receita operacional poderá dificultar o pagamento das obrigações e reduzir os dividendos a serem pagos. A Litel pode não ser capaz de financiar todas as exigências de recursos do fluxo de caixa e pode necessitar futuramente de financiamentos de terceiros. Não é possível garantir, futuramente,

4.1 Descrição dos fatores de risco

que as condições de financiamento para a companhia sejam favoráveis e, caso a Litel venha obter financiamentos futuros em condições adversas, sua situação financeira e resultados poderão vir a ser afetados negativamente, o que poderia prejudicar de maneira relevante a sua capacidade de pagamento das obrigações.

Atualmente a Litel detém caixa suficiente para quitar as suas dívidas de curto prazo.

b) A Litel Participações S.A. é controlada pela Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“Previ”). Nosso acionista controlador poderá tomar medidas que podem ser contrárias aos interesses de V.Sa., podendo impedir outros acionistas de bloquear essas medidas. Em particular, nosso acionista controlador controla as decisões de nossas assembleias e podem eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração. Nosso acionista controlador pode dirigir nossas ações em áreas como estratégia de negócios, financeira, distribuição de lucros. As decisões de nosso acionista controlador quanto a estes assuntos podem divergir das expectativas ou preferências de nossos acionistas não controladores.

c) Os acionistas da Litel são: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Singular Fundo de Investimento em Ações (fundo exclusivo da Fundação CESP), Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF e Fundação CESP.

d) A Litel faz parte do controle da Vale S.A. (“Vale”). A Vale S.A. é uma empresa que atua no setor de mineração e, assim, está sujeita aos riscos relacionados às suas operações nesse setor, conforme item 4.1 do seu formulário de referência. As demais controladas do emissor, em razão da estrutura organizacional, estão sujeitas aos riscos da Vale S.A.

e) Por se tratar de uma *holding* o emissor não possui fornecedores. Os riscos relacionados aos fornecedores das controladas e coligadas do emissor estão descritos na alínea “d” acima.

f) Por se tratar de uma *holding* a empresa não possui clientes. Os riscos relacionados aos clientes das controladas e coligadas do emissor estão descritos na alínea “d” acima.

g) O Emissor entende que os riscos aos quais está exposto, além dos mencionados na letra “a”, decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale. Com relação à Vale temos os seguintes exemplos de riscos: (i) redução na demanda de aço pode afetar desfavoravelmente a procura por minério de ferro, pelotas e níquel; (ii) um desenvolvimento econômico negativo nos principais mercados da Vale, especialmente na China, resultando em receitas mais baixas e menor lucratividade; (iii) a redução da demanda global de aço ou dos produtos agrícolas brasileiros poderá diminuir a demanda pelos serviços de logística da Vale; (iv) a Vale pode não ser bem sucedida na integração de negócios que venham a ser adquiridos; (v) o setor de mineração é altamente competitivo e a Vale poderá ter dificuldades em competir de maneira eficaz com outras mineradoras no futuro; (vi) atos de protesto podem dificultar operações e projetos de mineração e logística da Vale; (vii) muitas das operações da VALE dependem de joint ventures ou consórcios, e os negócios da VALE podem ser adversamente afetados se os seus parceiros falharem no cumprimento de seus compromissos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

h) O Emissor entende que os riscos aos quais está exposto, além dos mencionados na letra “a”, decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale. Com relação à Vale temos os seguintes exemplos de riscos: (i) as condições políticas, econômicas, regulatórias e sociais nos países em que a Vale opera ou nos quais tem projetos podem afetar desfavoravelmente suas operações; (ii) as operações dependem de autorizações de agências reguladoras em várias jurisdições, e as mudanças nas regulamentações podem afetar adversamente os negócios da Vale; (iii) as regulamentações ambientais, de saúde e segurança podem afetar adversamente os negócios da Vale; e, (iv) as flutuações das taxas de câmbio e inflação.

i) O emissor não atua em países estrangeiros.

j) O emissor por se tratar de uma *holding* não está sujeito diretamente a risco socioambientais. Existe apenas o risco indireto relacionada a sua controlada indireta Vale, conforme disposto na letra “h” supra.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

O Emissor reforça que os riscos aos quais está exposto, já mencionados no item 4.1, decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale. Com relação à Vale temos os seguintes exemplos de riscos: (1) redução na demanda de aço pode afetar desfavoravelmente a procura por minério de ferro, pelotas e níquel; (2) um desenvolvimento econômico negativo nos principais mercados da Vale, especialmente na China, resultando em receitas mais baixas e menor lucratividade; (3) a redução da demanda global de aço ou dos produtos agrícolas brasileiros poderá diminuir a demanda pelos serviços de logística da Vale; (4) a Vale pode não ser bem sucedida na integração de negócios que venham a ser adquiridos; (5) o setor de mineração é altamente competitivo e a Vale poderá ter dificuldades em competir de maneira eficaz com outras mineradoras no futuro.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Sendo uma Holding, a Companhia tem como principal fonte de recursos os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de sua controlada Vale e, da mesma forma, a principal destinação desses recursos é para o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas. Conseqüentemente, uma diminuição relevante na capacidade de distribuição desses dividendos poderá afetar sua situação financeira e capacidade de pagamento. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente das operações realizadas pela sua controlada ValeS.A.("Vale").

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a.juízo b. instância c.data de instauração d. partes no processo e. valores, bens ou direitos envolvidos f. principais fatos g. se a chance de perda é: i.provável ii.possível iii. Remota h. análise do impacto em caso de perda do processo.

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; e (iii) doutrina e jurisprudência aplicáveis a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como perda provável. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum processo considerado como de perda provável. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme preceitos estabelecidos no CPC 25 –Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37). Os processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes em que a controlada Vale S.A. é parte estão disponíveis no item 4.4 do seu formulário de referência. Abaixo seguem os processos administrativos não sigilosos e não relevantes em que o emissor é parte:

01. Ação: Pedido de Restituição nº 10768.008524/2001-10 Impugnante: Litel Participações S/A Impugnada: União Federal/Fazenda Nacional Objeto do processo: Reconhecimento do direito ao aproveitamento do crédito relativo ao saldo negativo do IRPJ de 2000. Probabilidade de perda: Possível. Beneficiário: União Federal – representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (CNPJ nº 00.394.460/0216-53) Valor atualizado do crédito: R\$ 34.466.960,47 (em janeiro/2023) Valor da garantia: R\$ R\$ 41.360.352,56 (em janeiro/2023, com a inclusão dos encargos legais da PGFN) Objeto da fiança: garantir o crédito tributário decorrente do julgamento definitivo do Processo Administrativo nº 10768.008524/2001-10 Índice de correção: Taxa Selic Base legal para atualização do débito: art. 74 da Lei 9.430/1996 e Instrução Normativa RFB 1.717/2017, art. 142. Prazo do seguro: Determinado, cf. art. 3º, vi, alínea “a”, da Portaria PGFN 116/2014. Breve relato do processo: Após sucessivas decisões que deixaram de homologar o crédito pleiteado pela contribuinte, a Câmara Superior do CARF julgou o Recurso Especial interposto pela Litel parcialmente provido, para determinar que o Recurso Voluntário da Companhia seja novamente apreciado. Fase atual: Aguarda-se que o Recurso Voluntário interposto pela Litel seja novamente julgado pelo CARF.

02. Ação: Pedido de Compensação nº 10768.100343/2003-14 Requerente: Litel Participações S.A. Impugnada: União Federal/Fazenda Nacional 5372338v4 Objeto:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Reconhecimento do direito ao aproveitamento do crédito relativo ao saldo negativo do IRPJ 2000 (vinculado ao processo nº 10768.008524/2001-10). Probabilidade de perda: Possível. Beneficiário: União Federal – representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (CNPJ nº 00.394.460/0216-53) Valor atualizado do crédito: R\$ 270.339,25 (em janeiro/2023) Valor da garantia: R\$ 324.407,10 (em janeiro/2023, com a inclusão dos encargos legais da PGFN) Objeto da fiança: garantir o crédito tributário decorrente do julgamento definitivo do Processo Administrativo nº 10768.100343/2003-14 Índice de correção: Taxa Selic Base legal para atualização do débito: art. 74 da Lei 9.430/1996 e Instrução Normativa RFB 1.717/2017, art. 142. Prazo do seguro: Determinado, cf. art. 3º, vi, alínea “a”, da Portaria PGFN 116/2014. Breve relato do processo: Após sucessivas decisões que deixaram de homologar o crédito pleiteado pela contribuinte, por ocasião do julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Litel, o CARF determinou o sobrestamento do feito até que seja proferida decisão administrativa definitiva no processo nº 10768.008524/2001-10, em razão da existência de relação de prejudicialidade entre este e o processo sob análise”. Fase atual: Aguarda-se que o julgamento definitivo do PAF nº 10768.008524/2001-10.

03. Ação: Pedido de Restituição nº 10768.000488/2007-31 Requerente: Litel Participações S.A. Impugnada: União Federal/Fazenda Nacional Objeto: Pedido de Restituição de multas aplicadas sobre novas DCOMPS que tinham como objetivo a regularização dos pedidos de compensação originalmente apresentados. Devido à transição do sistema de papel para o eletrônico, não houve como desmembrar o primeiro pedido de compensação em dois, referentes aos créditos apurados em 2001 e 2002. Por isso, foi necessária a retificação do primeiro pedido e a apresentação de novas DCOMPS relativas aos créditos de 2002, sobre as quais foram aplicadas penalidades indevidas. Probabilidade de perda: Possível. Beneficiário: União Federal – representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (CNPJ nº 00.394.460/0216-53) 5372338v4 Valor atualizado do crédito: R\$ 21.212.441,47 (em janeiro/2023) Valor da garantia: N/A Objeto da fiança: N/A – não há débitos relacionados a este pedido de restituição. Índice de correção: Taxa Selic Base legal para atualização do débito: art. 74 da Lei 9.430/1996 e Instrução Normativa RFB 1.717/2017, art. 142. Prazo do seguro: Determinado, cf. art. 3º, vi, alínea “a”, da Portaria PGFN 116/2014. Breve relato do processo: Após decisão da Delegacia da Receita Federal de Ribeirão Preto/SP que deixou de reconhecer o crédito pleiteado pela Litel, seguiu-se com a interposição de Recurso Voluntário. Fase atual: Aguarda-se que o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Litel nos autos do PAF nº 10768.000488/2007-31.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes.

Não há valor provisionado.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes.

Em 26 de setembro de 2018, foi homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial o termo de Transação Extintiva de Litígio (“Transação”) entre Litel, Bradespar e Elétron, nos autos da Ação de Execução, encerrando todos os três litígios que envolviam as partes (Arbitragem nº 2010.00863 - “Expansão Valepar”, Ação de Execução nº 0338801-16.2014.8.19.0001 e Arbitragem nº 2015.00905 – 3ª Arbitragem) além das ações anulatórias distribuídas por Litel (Ação Anulatória nº 0093326- 60.2010.8.19.0001 e Ação Anulatória nº 0495870-19.2011.8.19.0001) e ações anulatórias propostas por Bradespar, assim como todos os recursos e incidentes a elas relacionados. Em contrapartida para o encerramento dos litígios, Litel e Bradespar efetivaram o pagamento na mesma data do valor de R\$ 2.820.000, de forma solidária e na proporção de 50% cada uma em moeda nacional corrente. Extinta a execução, na forma do art. 924, II, do Código de Processo Civil, Elétron conferiu quitação à Litel e à Bradespar, e Litel e Bradespar à Elétron, de forma ampla, geral e irrestrita, em caráter irrevogável e irrevogável, sobre todas e quaisquer divergências existentes e que possam existir relativos aos eventos ocorridos por força dos fatos objeto das ações judiciais e arbitrais, bem como sobre quaisquer fatos acerca da sua participação na Valepar e das obrigações constantes do Acordo de Acionistas Valepar. Em novembro de 2018, Litel propôs ação em face de Bradespar e Bradesplan pleiteando o ressarcimento dos valores desembolsados no âmbito da Transação (acima definida). Tal processo tramita em segredo de justiça e é classificado como chance de êxito possível pelos advogados que patrocinam a causa. Em resposta, Bradespar e Bradesplan apresentaram em março de 2019 a contestação e reconvenção. Na reconvenção, Bradespar e Bradesplan pleiteiam uma indenização equivalente a R\$ 705.000, a qual é classificada como chance de perda possível pelos advogados que patrocinam a causa. A Companhia, na sequência, apresentou sua réplica e resposta à reconvenção.

Em dezembro de 2019, o juízo de primeira instância proferiu sentença julgando improcedente o pedido da Litel e parcialmente procedente o pedido reconvenicional de Bradespar e Bradesplan para condenar a Litel ao pagamento de R\$ 470.094. Os assessores jurídicos da Litel apresentaram Recurso de Apelação em junho de 2020, visando à reforma da sentença.

Em janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, deu provimento ao Recurso de Apelação, reformando integralmente a decisão de primeiro grau para condenar a Bradespar ao pagamento do valor de R\$ 1.410.000. Foi ainda julgada improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel. Contra o acórdão que julgou a apelação da Litel, Bradespar e Nova Paiol (novo nome da Bradesplan) opuseram embargos de declaração, os quais foram respondidos pela Litel. Em agosto de 2021, a turma julgadora, por unanimidade de votos, acolheu parcialmente os embargos de declaração apenas para reduzir o valor dos honorários sucumbenciais de 10% para 2% sobre o valor da condenação da ação principal e sobre o valor da reconvenção. Em seguida, Bradespar, Nova Paiol e Litel interpuseram recurso especial. Os autos foram remetidos para a 3ª Vice-Presidência do

4.6 Processos sigilosos relevantes

TJRJ e as partes intimadas para apresentar contrarrazões. Em 19 de outubro de 2021, a Litel protocolou suas contrarrazões ao recurso especial da Bradespar e Nova Paiol. Os recursos especiais foram redistribuídos ao Min. Marco Buzzi, após a declaração de suspeição do Min. Antônio Carlos Ferreira e, atualmente, aguardam o julgamento.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores
--

O emissor não possui outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado.

Tendo em vista a natureza das atividades exercidas pelo emissor, não são requeridos sistemas de gerenciamento de riscos e riscos de mercado.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

b. as estruturas organizacionais envolvidas

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

a) Tendo em vista a natureza das atividades exercidas pelo emissor, não são requeridos sistemas de controles internos muito complexos, porém muito eficientes dentro do escopo necessário. No controle das operações são utilizados sistemas de tesouraria e de contabilidade integrados e de qualidade reconhecida no mercado, com limite de acesso. Desta forma, existem funções específicas para cada grupo de usuários que não podem ser visualizadas ou alteradas por outros grupos, garantindo assim a integridade das operações e seu correspondente registro contábil, cumprindo rigorosamente as normas internas que estabelecem limites de competência para cada nível. As principais operações do emissor consistem em pagamento de fornecedores, recebimento e pagamento de dividendos, bem como aplicação dos excedentes de caixa.

b) O emissor possui uma estruturabem definida e compatível com o nível de suas operações, sendo composta por uma área de controladoria, um departamento fiscal, uma tesouraria e um departamento jurídico, os quais trabalham de forma integrada. Os gestores desses departamentos são responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos de suas respectivas unidades e se reportam aos órgãos da Administração do emissor. Os Diretores da Companhia são responsáveis finais pela autorização de pagamentos a prestadores de serviços, assim como pelo acompanhamento e revisão das informações contábeis do emissor. Adicionalmente, as decisões relevantes e as estratégicas, estas independentemente do valor envolvido, são previamente submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

c) Para cada um dos departamentos do emissor foram definidos os fluxos operacionais, estabelecendo a atribuição e o limite de competência de cada

5.2 Descrição dos controles internos

membro. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada unidade e estes se reportam aos diretores financeiro e administrativo do emissor.

d) Não aplicável.

e) Não aplicável.

5.3 Programa de integridade

<p>5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:</p>
<p>a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:</p>
<p>i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas</p>
<p>ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes</p>
<p>iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:</p>
<ul style="list-style-type: none"> • se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
<ul style="list-style-type: none"> • se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
<ul style="list-style-type: none"> • as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
<ul style="list-style-type: none"> • órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
<p>b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:</p>
<ul style="list-style-type: none"> • se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

5.3 Programa de integridade

<ul style="list-style-type: none"> • se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
<ul style="list-style-type: none"> • se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
<ul style="list-style-type: none"> • órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias
<p>c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas</p>
<p>d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido</p>

- a) Companhia não possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Contudo, a condução dos seus negócios é guiada pelos valores éticos e pelos princípios da legalidade e probidade.
- b) O emissor não possui canal de denúncia.
- c) Em razão das suas características, a Companhia não possui uma política formalizada voltada para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, contudo, todas as operações realizadas pela Companhia são conduzidas por valores éticos e pelos princípios da legalidade e probidade, não tendo sido identificado até o momento qualquer indício de fraude ou ilícito.
- d) O emissor é uma holding destinada a investir em companhias de capital aberto do setor privado. Adicionalmente, o emissor não possui relacionamento com órgãos da administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas a serem reportadas.

5.5 Outras informações relevantes

5.5	Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
------------	--

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL						
33.754.482/0001-24		Não	Não	29/01/2021		
Não						
173.737.086	80,622	0	0,000	173.737.086	80,622	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF						
00.436.923/0001-90		Não	Não	10/02/2021		
Não						
24.785.521	11,502	0	0,000	24.785.521	11,502	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros						
34.053.942/0001-50	Brasil	Não	Não	11/01/2017		
Não						
14.951.594	6,938	0	0,000	14.951.594	6,938	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Singular FIA						
15.637.784/0001-30	Brasil	Não	Não	29/08/2012		
Não						
2.021.031	0,938	0	0,000	2.021.031	0,938	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
171	0,000	0	0,000	171	0,000	
TOTAL						
215.495.403	100,000	0	0,000	215.495.403	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Singular FIA				15.637.784/0001-30		
FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES VRD						
07.792.620/0001-50	Brasil	Não	Não	16/06/2006		
Não						
2.583.919	100,000	0	0,000	2.583.919	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.583.919	100,000	0	0,000	2.583.919	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	09/09/2019
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	3
Quantidade investidores institucionais	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	215.495.403	100,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	215.495.403	100,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Vale S.A.	33.592.510/0001-54	1,46

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com

participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

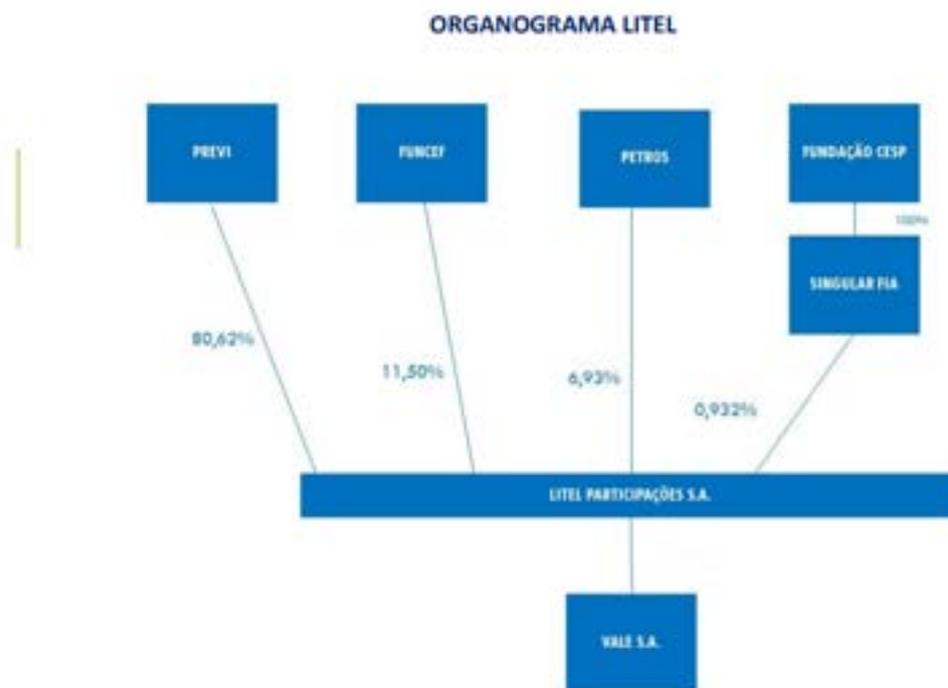
b. principais controladas e coligadas do emissor

c. participações do emissor em sociedades do grupo

d. participações de sociedades do grupo no emissor

e. principais sociedades sob controle comum

Abaixo segue o organograma da Litel. O organograma da Vale está disponível em seu formulário de referência.



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

O Conselho de Administração da Litel é um órgão de governança corporativa que tem como função principal definir a estratégia de longo prazo da empresa e supervisionar a gestão dos seus negócios. Suas principais funções incluem:

- **Definir a estratégia:** O Conselho de Administração é responsável por definir a estratégia de longo prazo da empresa, incluindo a definição dos objetivos e metas, a identificação das oportunidades e riscos, e a alocação de recursos.
- **Supervisionar a gestão:** O Conselho de Administração supervisiona a gestão da empresa, garantindo que a direção executiva esteja implementando a estratégia e cumprindo com as políticas e procedimentos estabelecidos.
- **Avaliar o desempenho:** O Conselho de Administração avalia regularmente o desempenho da empresa, dos seus executivos e do próprio Conselho, garantindo que a empresa esteja operando de forma eficiente e eficaz.
- **Gerenciamento de riscos:** O Conselho de Administração é responsável por identificar e gerenciar os riscos da empresa, garantindo que a empresa esteja preparada para enfrentar crises e situações de incerteza.
- **Proteção dos interesses dos acionistas:** O Conselho de Administração tem o dever fiduciário de proteger os interesses dos acionistas, tomando decisões que maximizem o valor da empresa e respeitando os direitos dos acionistas minoritários.
- **Governança corporativa:** O Conselho de Administração é responsável por garantir que a empresa esteja operando em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis, além de promover a transparência e a prestação de contas da empresa aos seus stakeholders.

A diretoria da Litel é responsável por executar a estratégia definida pelo Conselho de Administração e pela gestão diária da empresa. Suas principais funções incluem:

- **Implementar a estratégia:** A diretoria é responsável por implementar a estratégia definida pelo Conselho de Administração, garantindo que as políticas e procedimentos estejam alinhados com os objetivos e metas da empresa.
- **Gerenciar as operações:** A diretoria é responsável por gerenciar as operações diárias da empresa, incluindo a produção, vendas, marketing, finanças, recursos humanos e outras áreas.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- Gerenciar o orçamento: A diretoria é responsável por gerenciar o orçamento da empresa, garantindo que as despesas estejam alinhadas com as receitas e com a estratégia da empresa.
- Tomar decisões estratégicas: A diretoria é responsável por tomar decisões estratégicas importantes, como aquisições, fusões, investimentos e desinvestimentos, que possam afetar o futuro da empresa.
- Representar a empresa: A diretoria é responsável por representar a empresa junto aos clientes, fornecedores, investidores e outros stakeholders, mantendo uma boa imagem e reputação da empresa.
- Gerenciar os recursos humanos: A diretoria é responsável por gerenciar os recursos humanos da empresa, incluindo a contratação, treinamento, desenvolvimento e avaliação dos funcionários.
- Gerenciar o risco: A diretoria é responsável por identificar e gerenciar os riscos da empresa, garantindo que a empresa esteja preparada para enfrentar crises e situações de incerteza.

A Litel não possui Conselho Fiscal.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	Não se aplica				
Conselho de Administração - Efetivos	Não se aplica				
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	Não se aplica						
Conselho de Administração - Efetivos	Não se aplica						
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 0	0						

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Todas as informações estão presentes nos itens 7.1, 7.3/7.4, 7.5 e 7.6 deste formulário.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal:

Nome CARLOS EDUARDO REICH DE SAMPAIO **CPF:** 633.270.906-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 21/11/1964

Experiência Profissional: Carlos Reich é profissional de mercado com longa experiência em operações financeiras e assessoria na estruturação de grandes investimentos, M&As, IPOs, privatizações e empresas abertas. Ao longo dos últimos 20 anos participou ativamente dos processos de negociação de controle da Açominas, Brasil Veículos, Vale, Aliança do Brasil Seguros, CPFL Energia, Oi/Telemar, Ersa, CPFL Renováveis, CSN (descruzamento), dentre outros. Possui destacada experiência na atuação como membro em diversos conselhos de administração e fiscal, além de participar em comitês e comissões estratégicos e financeiros.

Começou a carreira como trainee do Banco Nacional, atuou pelo FonteCindam, Banco Icatu e Bank of New York Mellon, de onde saiu para fundar a Eximia Capital Partners. Também foi Diretor de Relação com Investidores da GTD Participações S.A..

Possui mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas e é formado em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/05/2021	Até a primeira RCA após AGO 2023	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		03/05/2021	Sim	

Nome Fernando Sabbi Melgarejo **CPF:** 533.650.110-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 11/02/1972

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Econômicas, com MBA em Negócios Internacionais e Mestrado em Economia Empresas. Experiência profissional: Atualmente Diretor de Participações na PREVI e nos últimos 5 anos atuou no Banco do Brasil como Gerente Executivo na Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, na área de Estruturação e Análise Financeira, que tem como principais atividades a engenharia financeira para desenvolvimentos de produtos e estratégia de pricing de operações de crédito e captações comerciais, além de responsável pelo valuation de Empresas Ligadas do Banco do Brasil. Funcionário do BB há 35 anos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2023	até AGO/2025	Conselho de Administração (Efetivo)		20/06/2022	Sim	29/04/2023

Nome Gilmar Dalilo Cezar Wanderley **CPF:** 084.489.987-90 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bancário **Data de Nascimento:** 30/08/1979

Experiência Profissional: Graduado em Economia pela Universidade Federal Fluminense, em 2004; Pós-Graduação em Gestão em Previdência Complementar pela Universidade Federal Fluminense/IDEAS, em 2015; Mestrado em Engenharia de Produção com ênfase em Estratégia, Gestão e Finanças Empresariais pela Universidade Federal Fluminense, em 2008. Experiência profissional: como Analista Pleno, iniciou sua carreira na PREVI em 2005. Desde 2012, é Gerente de Acompanhamento de Empresas Estratégicas da PREVI, sendo em 2016, nomeado como Gerente de Núcleo da PREVI. Em 2017 foi eleito Conselheiro de Administração Suplente da Vale S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2021	Até a AGO de 2023	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2021	Sim	

Nome Isaac Berensztejn **CPF:** 332.872.367-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 23/05/1954

Experiência Profissional: CFO Claro, CFO Embratel, CFO Telemar

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2021	Até AGO 2023	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2021	Sim	

Nome IVAN LUIS MODESTO SCHARA **CPF:** 888.693.267-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 18/10/1968

Experiência Profissional: Graduado em Economia pela PUC-SP, em 1990; tem MBA em Administração de Negócios pelo IBMEC – RJ, em 1998; MBA em Finanças e Direito pela FGV – RJ, em 2000; Especialização em Governança Corporativa pelo PDG/IBMEC, em 2001; Mestrado em Administração (Governança Corporativa) pelo IBMEC – RJ, em 2007. Experiência profissional: iniciou sua carreira na PREVI como Técnico Sênior, e em 2009 foi nomeado Gerente Executivo na Diretoria de Participações, onde se aposentou em 2022. Foi conselheiro de administração em diversas empresas como Parapanema S.A., Litel Participações, Litela Participações S.A., 521 Participações S.A., Valepar S.A. e Sauipe S.A..

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/04/2023	até AGO/2025	Conselho de Administração (Efetivo)		20/06/2022	Sim	29/04/2023

Nome Marcelle Santos de Vasconcellos **CPF:** 115.021.217-94 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 08/04/1986

Experiência Profissional: Marcelle Vasconcellos formou-se em Direito pela Universidade Cândido Mendes - Centro em 2008, cursou LLM em Direito Societário e Mercado de Capitais pelo IBMEC-RJ e LLM Litigation pela FGV-RJ. Possui 10 anos de experiência nas áreas de Direito Societário e Mercado de Capitais, Governança Corporativa e Fundos de Investimentos em Ações e Participações. Iniciou a carreira no BNY Mellon na área de Corporate Governance, liderada por Carlos Eduardo Reich, onde ficou por 4 anos. Nos últimos 6 anos atua como sócia da Eximia Capital. Foi Diretora da GTD Participações S.A. durante os anos de 2015 e 2016.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/05/2021	Até primeira RCA após AGO 2023	Outros Diretores		03/05/2021	Sim	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há composição dos comitês

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Os administradores do Emissor possuem em seu favor um Contrato de indenidade que regula a obrigação do Emissor em garantir, observando determinadas condições, o pagamento de despesas as quais o Administrador possa vir a incorrer na hipótese dele estar envolvido em inquérito civil, criminal, administrativo, processo judicial e/ou processo administrativo que vise lhe imputar a responsabilidade por determinado ato praticado exclusivamente no exercício de suas funções no Cargo e em observância a expressa orientação do Conselho de Administração do Emissor/ou do(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) da Empresa. O Contrato de Indenidade prevê ainda que o Emissor estará isento das obrigações de ressarcimento na hipótese do Administrador, no exercício das funções atribuídas ao Cargo: a) praticar ato ilegal e/ou danoso à Empresa e/ou aos seus controladores diretos ou indiretos, com dolo manifesto ou de fácil apuração; b) praticar ou manifestar: ato de improbidade; incontinência de conduta ou mau procedimento; negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão da Empresa ou de seus controladores; desídia no desempenho das respectivas funções; violação de segredo da Empresa ou de seus controladores; ato de indisciplina ou de insubordinação; abandono do Cargo; ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no exercício das funções do Cargo contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; ato lesivo da honra ou da boa fama contra a Empresa ou de seus controladores, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; e c) ser condenado criminalmente, mediante decisão transitada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena.

7.8 Outras informações relevantes

7.8	Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
------------	--

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o Emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia não possui uma política de remuneração definida, ficando a cargo da assembleia geral a aprovação do valor global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, anualmente.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam. A remuneração global dos Administradores é anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a fixação da remuneração mensal.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos. Para fixação da remuneração individual não há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado. Atualmente, os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem o mesmo valor fixo mensal e para fins de determinação da quantia fixa mensal é sempre levado em consideração que a Companhia se encontra em Liquidação, a quantidade de reuniões usualmente realizadas ao longo do ano e o tempo de dedicação dispensado pelos conselheiros.

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor. Anualmente é feita uma análise de adequação da remuneração dos órgãos da Administração.

c) Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor
- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais
- sua metodologia de cálculo e de reajuste
- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A remuneração do Conselho de Administração da Companhia não tem a complexidade de uma remuneração praticadas em companhia operacionais, sendo uma remuneração fixada em um valor razoável considerando o tempo de dedicação dos Conselheiros.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.1 Política ou prática de remuneração

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	264.144,00	158.486,00		422.630,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	264.144,00	158.486,00		422.630,00

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	158.314,03	115.056,24		273.370,27
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	158.314,03	115.056,24		273.370,27

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,66	2,83		6,49
Nº de membros remunerados	2,83	1,16		3,99
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	57.228,78	48.249,86		105.478,64
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	57.228,78	48.249,86		105.478,64

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável em razão de a Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável em razão de a Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações. A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

8.7 Opções em aberto

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação às opções ainda não exercíveis
i. quantidade
ii. data em que se tornarão exercíveis
iii. prazo máximo para exercício das opções
iv. prazo de restrição à transferência das ações
v. preço médio ponderado de exercício
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
e. em relação às opções exercíveis
i. quantidade
ii. prazo máximo para exercício das opções
iii. prazo de restrição à transferência das ações
iv. preço médio ponderado de exercício
v. valor justo das opções no último dia do exercício social
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável. A Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação às opções exercidas informar:
i. número de ações
ii. preço médio ponderado de exercício
iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
e. em relação às ações entregues informar:
i. número de ações
ii. preço médio ponderado de aquisição
iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável, pois a Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não aplicável, pois a Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

8.10 Outorga de ações

8.10 Outorga de ações

Não aplicável, pois a Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,00	2,00	
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:
a. modelo de precificação
b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
d. forma de determinação da volatilidade esperada
e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, pois a Companhia não realizou pagamento de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Os membros da Administração da Litel não possuem ações da companhia ou das sociedades controladas.

8.14 Planos de previdência

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:
a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. nome do plano
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
f. condições para se aposentar antecipadamente
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável pois o emissor não fornece planos de previdência aos seus membros da administração.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		
	31/12/2022	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	2,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração Real	79.243,20	28.645,16	132.072,00	120.000,00	69.032,26
Valor da menor remuneração Real	79.243,20	28.645,16	132.072,00	120.000,00	3.225,81
Valor médio da remuneração Real	79.243,20	24.552,99	132.072,00	115.238,10	108.387,11

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2020	Em 2020, todos os membros remunerados, seja do Conselho de Administração ou da Diretoria, exerceram os seus respectivos cargos por prazo inferior a 12 meses, tendo meses em que em razão da vacância do cargo não houve nenhum pagamento efetivado. Ressaltamos que não existe diferença de no valor do pró-labore entre conselheiros remunerados e entre diretores remunerados.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2021	Em 2021, o Conselho de Administração teve 2 membros remunerados, mas apenas 1 exerceu o cargo durante os 12 meses do ano.	
31/12/2020	Em 2020, todos os membros remunerados, seja do Conselho de Administração ou da Diretoria, exerceram os seus respectivos cargos por prazo inferior a 12 meses, tendo meses em que em razão da vacância do cargo não houve nenhum pagamento efetivado. Ressaltamos que não existe diferença de no valor do pró-labore entre conselheiros remunerados e entre diretores remunerados.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há qualquer valor reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, do emissor.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve nos 3 últimos exercícios sociais valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Conforme informado no item 13.1.a, não obstante a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas do valor máximo de remuneração dos administradores, a Companhia não tem remunerado sua administração. Nos últimos 3 (três) exercícios, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Uptick abriram mão do recebimento das remunerações a que faziam jus.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG Auditores Independentes	Juridica	57.755.217/0003-90	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
16/05/2014	16/05/2014		
Descrição dos serviços prestados			
Examinar as demonstrações financeiras da Litel Participações S.A., e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Pelos serviços prestados a KPMG fará jus ao recebimento de honorários no valor de R\$ 87.300,00 anuais. O valor dos honorários anuais serão reajustados conforme índice inflacionário IPCA acumulado dos últimos 12 meses a partir de junho de 2014			
Justificativa da substituição			
rodízio obrigatório de auditores			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
05/04/2019	05/04/2019		
Descrição dos serviços prestados			
Examinar as demonstrações financeiras da Litel Participações S.A., e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Valor anual de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais), sujeito a atualização pelo IGP-M/FGV			
Justificativa da substituição			
Rodízio obrigatório de auditores			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Não foi reportado conflito de interesses.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações neste tópico que a Companhia julgue relevantes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações ¹ :
a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
c. índice de rotatividade

a) A empresa é uma Holding e não possui nenhum funcionário.

b) A empresa não possui nenhum funcionário terceirizado.

c) Não aplicável.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10.2 Alterações relevantes

10.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não há qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento não preenchido.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:
a. política de salários e remuneração variável
b. política de benefícios
c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
i. grupos de beneficiários
ii. condições para exercício
iii. preços de exercício
iv. prazos de exercício
v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, pois o emissor não possui empregados.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Não aplicável, pois o emissor não possui empregados.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada

A Companhia não possui uma política de partes relacionadas. No entanto, todas as transações realizadas pelo emissor são previamente analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2	N/O
-------------	------------

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes a serem divulgadas.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
09/09/2019		21.844.245,97	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
215.495.403	0	215.495.403	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
09/09/2019		21.844.245,97	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
215.495.403	0	215.495.403	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
09/09/2019		21.844.245,97	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
215.495.403	0	215.495.403	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/07/1995		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
600.000.000	0	600.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável à Litel.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.

O Mercado brasileiro no qual os valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação é o Mercado de Balcão Organizado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

não há.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a.como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

b.se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

c.caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável, pois o emissor não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações neste tópico que a Companhia julgue relevantes.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Carlos Eduardo Reich de Sampaio	Diretor Presidente/Relações com Investidores

13.3 Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

13.3 Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

As informações foram fornecidas nos itens 1.1 e 1.2.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.